

EDUCOMUNICAÇÃO E EQUIDADE NO PRÊMIO EDUCAR PARA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

Educommunication and Equity at Teach for Racial and Gender Equality Award

Educomunicación y Equidad en el Premio Educar para la Igualdad Racial e de Género

Ana Helena Ithamar Passos

Pós-doutoranda no programa Interdisciplinar "Humanidades, Direitos e outras Legitimidades" do Núcleo de estudos das diversidades, intolerâncias e conflitos – DIVERSITAS da Universidade de São Paulo

E-mail: anahpassos@gmail.com

Paola Diniz Prandin

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

E-mail: paola@usp.br

Resumo

Este artigo vislumbra, a partir do recorte dos valores e princípios da educomunicação, estabelecer um estudo de caso de três práticas pedagógicas premiadas no Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero e que pudessem contribuir para o enfrentamento do racismo e da desigualdade de gênero no Brasil com base em iniciativas presentes em instituições públicas da educação formal brasileira. O Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero, criado pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT objetiva é o de identificar, difundir, reconhecer e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar, vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva da garantia de uma educação igualitária para todas e todos e que respeitem as diferenças. O prêmio é uma ação afirmativa por entender que vivemos em uma país com uma história de desigualdade racial e manutenção de políticas que privilegiam a branquitude brasileira.

Palavras-chave: educação étnico-racial, educomunicação, branquitude, Brasil, Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero.

Abstract

This article aims, based on the values and principles of educommunication, to establish a case study of three pedagogical practices awarded at Teach for Racial and Gender Equality Award that could contribute to the fight against racism and gender inequalities in Brazil according to initiatives in public institutions of formal held in Brazilian schools. The Teach for Racial and Gender Equality Award, created by the Center for the Study of Labor Relations and Inequalities - CEERT aims to identify, disseminate, recognize and support pedagogical and school management practices, linked to the ethnic-racial theme, from the perspective of an equal education for all and respecting the differences among people. The award is considered an affirmative action since it was created upon a consciousness that we live in a country with a history of racial inequality and the maintenance of policies that privilege Brazilian whiteness.

Key-words: ethnic-racial education, educommunication, whiteness.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo, basado en los valores y principios de la educomunicación, establecer un estudio de caso de tres prácticas pedagógicas otorgadas en el Premio Educar para la Igualdad Racial y de Género que podrían contribuir a la lucha contra el racismo y la desigualdad de género en Brasil realizadas en instituciones públicas de educación formal brasileña. El Premio Educar para la Igualdad Racial y de Género, creado por el Centro para el Estudio de las Relaciones y Desigualdades Laborales, CEERT tiene como objetivo identificar, difundir, reconocer y apoyar las prácticas pedagógicas y de gestión escolar, vinculadas al tema étnico-racial, desde la perspectiva de una educación equitativa para todos y que respeta las diferencias. El premio es comprendido como una acción afirmativa porque entiende que vivimos en un país con una historia de desigualdad racial y el mantenimiento de políticas que privilegian la blancura brasileña.

Palabras-clave: educación étnico-racial, educomunicación, blancura..

❖ Artigo recebido em 20 de maio de 2020 e aceito para publicação em 29 de outubro de 2020.

Introdução

Com base nos projetos escolhidos como vencedores do Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero, criado e entregue pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, este artigo pretende traçar um panorama acerca daqueles que apresentaram concepções educacionais para aplicação dos referenciais das leis federais 10.639/03¹ e 11.645/08², bem como para promoção da equidade de gênero³ no Brasil.

O prêmio surgiu para atender uma expectativa de mapeamento das práticas escolares voltadas para o tratamento da temática étnico-racial. Entre o final do século XX e o início do século XXI, a partir de uma histórica luta de movimentos sociais negros, o Brasil inicia a construção de um acervo de normativas de perspectiva afirmativa e de combate ao racismo estrutural. A primeira edição do prêmio ocorreu no bojo dessas ações, com o objetivo de identificar, difundir, reconhecer e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar, vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva da garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, mais especificamente, de combate ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial no país⁴.

Ao longo dos últimos catorze anos e de sete edições, o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero compilou um acervo de cerca de três mil práticas escolares, no qual constam ações desenvolvidas nas cinco regiões administrativas do país e em cada um dos 27 estados da federação. O projeto também obteve o reconhecimento conferido pelo Ministério da Educação (MEC) como uma das principais ações de promoção da igualdade étnico-racial na educação, realizada por uma instituição da sociedade civil no Brasil, visto que o CEERT é uma Organização Não-Governamental que existe desde 1990, com sede na cidade de São Paulo/SP.

Além disso, no ano de 2017 (última edição do prêmio até a finalização da redação deste artigo), o CEERT resolveu dar um passo importante para auxiliar na visibilidade da educação escolar quilombola ao incorporá-la à 7ª edição da premiação. O intuito foi o de fortalecer e difundir junto às escolas

e seus/suas profissionais, as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola que visam assegurar uma educação de/e com qualidade para a população quilombola de todo país.

A intenção, neste artigo, é a de apresentar a análise com base em todos os projetos disponibilizados no site do CEERT, a fim de situar as práticas premiadas que apresentaram, de maneira razoavelmente explícita, o uso dos preceitos educacionais em ambientes escolares. Para fins deste texto, destacaremos os preceitos educacionais relacionados mais diretamente à valorização da autonomia e da liberdade de expressão, a partir do protagonismo de crianças, adolescentes e/ou jovens, com a possível utilização – não condicional – dos meios de comunicação (Soares, 2011; 2018).

Devido à ampla quantidade de práticas presentes nos projetos premiados no site do CEERT, recortamos o corpus desta análise com base em três das práticas pedagógicas premiadas, a fim de estabelecer um estudo de caso preliminar – visto as limitações comuns à redação de um breve artigo como este – que pudesse contribuir para compreender o potencial da Educação, de seus valores e visão de mundo para o enfrentamento do racismo e da desigualdade de gênero no Brasil com base em iniciativas presentes em instituições públicas da educação formal brasileira. A escolha se deu a partir da percepção dos preceitos educacionais apresentados nas iniciativas ganhadoras do prêmio.

Assim sendo, contextualizamos, ao longo do artigo, o referido prêmio, destacando sua importância, bem como apontaremos a presença do paradigma educacional, com base no estudo das práticas das/os educadoras/es premiadas/os.

As práticas premiadas selecionadas para o presente estudo de caso foram as seguintes:

1. “Projeto de fortalecimento da identidade cultural local”, representado pelo professor Francisco Cruz do Nascimento, que atua no Colégio Estadual Casa Jovem, localizado no município de Igrapiúna, no

1 A Lei Federal 10.639/03 determina a inclusão de conteúdos acerca das culturas e das histórias africanas e afro-brasileiras nas escolas brasileiras, desde 2003.

2 Além das já incluídas contribuições africanas e afro-brasileiras nos currículos das escolas brasileiras, a Lei Federal 11.645/08, outorgou a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos sobre a cultura e a história indígena, desde o ano de 2008.

3 Apesar dos crescentes recrudescimentos e retrocessos históricos na legislação brasileira que discorre sobre práticas e ações em prol da equidade de gênero na educação brasileira, é salutar o fato de que o CEERT mantém este foco em seu edital, independentemente de tais posicionamentos oficiais.

4 Disponível em: <https://www.ceert.org.br/premio-educar>. Acesso em: 15 mai. 2020.

estado da Bahia (vencedor na categoria Escola);

2. “Azizi Aba Yomi – Um príncipe africano”, representado pela professora Cibele Araújo Racy Maria, que dirige a Escola Municipal de Educação Infantil Guia Lopes (atual EMEI Nelson Mandela), situada em São Paulo/SP (vencedor na categoria Escola);

3. “Histórias e memórias... A trajetória do povo negro em Venda Nova do Imigrante”, representado pela professora Celina Januário Moreira, que trabalha na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fioravante Caliman, que fica na cidade de Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo (vencedor na categoria Professor).

Enfatizamos que estas iniciativas são apenas alguns exemplos de boas práticas premiadas pelo CEERT que apresentam a tônica da educomunicação em seus processos de condução e, por isso, aqui serão apresentadas. No entanto, muitas outras iniciativas poderiam também ser analisadas, inclusive com o mesmo teor de análise, visto a gama de possibilidades que o prêmio nos traz, ao longo de 14 anos de existência.

Para iniciar a discussão que será desenvolvida neste trabalho, refletiremos, de forma panorâmica, conceitos fundamentais para o entendimento social e político que enreda o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero. No segundo momento, abordaremos a história do prêmio, salientando o acervo de publicações criados durante o tempo da premiação. Em seguida, descreveremos os pressupostos e princípios educacionais e como os mesmos podem ser identificados nas práticas premiadas, a fim de estabelecer a análise aqui almejada.

Um breve panorama das relações étnico-raciais do Brasil

A história do Brasil é também a história de suas relações raciais. Um país que nasce do encontro colonial entre povos indígenas e africanos escravizados e portugueses – enquanto figuras que colonizaram –, tem sua narrativa discursiva marcada pela violência desse encontro e pelo legado da escravidão. É o último país, inclusive, a abolir a escravidão. A passagem do processo de sistema econômico escravista para o republicano, e consequentemente, para a busca da criação da ideia de uma nação, são paradigmas importantes para entendermos a extrema desigualdade étnica e racial na qual vivemos até os dias de hoje.

O Brasil é constituído por uma maioria autodeclarada negra (somando-se pessoas pardas e pretas) – cerca de 54% da população –, que vive em situações de desigualdade econômica, política, cultural e afetiva em relação a população autodeclarada branca, que representa em torno de 44% da população do país. Ressalta-se que o restante da população brasileira é formada por pessoas autodeclaradas amarelas ou indígenas, segundo as categorias do último Censo 2010, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Portanto, há uma maioria negra que não é inserida nos espaços de poder e das decisões políticas frente a uma parcela menor da população branca que, historicamente, ocupa esses espaços e está a frente das decisões políticas e normativas estabelecida nesses lugares. A esse p se dá o nome de racismo estrutural.

o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (Almeida, 2019, p. 3).

Portanto, o racismo estrutural é intrínseco a cosmovisão de sociedades que outrora foram colonizadas e mantém um processo de colonialidade existencial que é característica do que chamamos de branquitude. A branquitude é a narrativa hegemônica dessa estrutura aqui apresentada por Almeida. A branquitude é a ideologia na qual a raça é o marcador essencial para a divisão de poder. Isso atinge toda uma sociedade e, neste sentido, atinge também as escolas e o processo de formação dos brasileiros e das brasileiras, atinge as crianças negras, diretamente na construção de sua autoestima e também na sua evolução escolar e, em contrapartida, atinge as crianças brancas no processo de uma construção de branquitude que pode vir a ser reprodutora de racismo.

Porém, para toda uma narrativa discursiva, há contra discursos potentes, num jogo de fricção fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. E é assim que, na entrada do século XXI, o Brasil inicia uma jornada de construção de políticas públicas, na área de educação, que

motivava o Estado para o trabalho de combate a este racismo estrutural. A história de resistência negra existe ao mesmo tempo em que a história oficial é contada pela ótica de quem venceu as batalhas. Resistências coletivas negras persistiram por séculos e construíram um arcabouço teórico de extrema importância para o povo brasileiro, mas que, infelizmente, ainda é pouco conhecido pela maioria da população do país e do mundo. Desta história nasce o Prêmio Educar para a Igualdade racial e de Gênero.

O Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero

Desde 2002, ano de sua primeira edição, o Prêmio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero tem o reconhecimento de parte da comunidade de educadoras e de educadores brasileiras e brasileiros, pertencentes às cinco regiões do país. De acordo com o site da premiação, esses/as educadores/as são motivados/as, “principalmente, pela oportunidade de tomar contato e apresentar para um público amplo de educadores/as e especialistas, as metodologias e os resultados de práticas escolares pedagógicas e de gestão que desenvolvem”.

Até a terceira edição (2006), a premiação contemplava apenas professores/as, e, a partir da quarta, passou também a contemplar a gestão das escolas. Segundo texto disponível no site do CEERT, educadoras/es premiadas/os relatam terem tido ganhos profissionais e comunitários, após a conquista alcançada, tais como: “maior visibilidade de suas ações; exposição positiva da escola em meios de comunicação e junto às próprias secretarias de educação; melhoria do desempenho escolar; redução da evasão e ausências de estudantes e de profissionais das escolas; maior respeito nas relações interpessoais; e melhor relação da escola com mães e pais”.

O Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero é subdividido em duas categorias, sendo elas: Professor e Escola. Em cada uma, são concedidos prêmios para Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e e Ensino Médio. O prêmio é realizado bianualmente e podem ser inscritas somente práticas desenvolvidas até dois anos antes do ano de abertura do edital, sendo proibido concorrer práticas iniciadas no ano de abertura. As práticas são inscritas por meio de uma ficha de inscrição que é inicialmente avaliada a fim de identificar se as exigências do edital foram devidamente cumpridas.

Na sequência, as práticas são encaminhadas a pareceristas com

reconhecida experiência nas áreas de educação e de relações étnico-raciais, que são responsáveis pela indicação das práticas finalistas. A partir desta análise é estabelecido um ranking das práticas mais bem avaliadas, sendo solicitado o envio de materiais complementares (fotografias, vídeos, produção dos alunos, diários, questionários, atas, etc.), que passam a ser examinados pelos membros do júri final, que indica as práticas premiadas.

Concluído o processo avaliativo, é realizado um evento destinado às pessoas e às escolas premiadas para anúncio público das práticas pedagógicas selecionadas. Após a premiação, ainda são realizados o acompanhamento das respectivas escolas, a sistematização e a publicização das boas práticas pedagógicas e de gestão escolar.

O acervo do Educar para Igualdade Racial e de Gênero apresenta práticas pedagógicas que abordam temas como história e cultura do continente africano, narrativas sobre os povos africanos e sobre a população afro-brasileira, povos e nações indígenas, bem como populações ciganas, japonesas, quilombolas e migrantes.

Dessas experiências, desde o início da premiação, 203 foram consideradas “cases”, ou seja, boas práticas de promoção da igualdade racial em ambiente escolar. Nesse sentido, algumas publicações, produções audiovisuais e de eventos foram criadas, ao longo da trajetória da premiação, conforme descrevemos a seguir:

- 9 publicações ilustradas (catálogos, livros, revistas), que atingiram, segundo o CEERT, aproximadamente 52 mil educadores/as do país.
- 20 seminários regionais, realizados com professores e gestores, envolvendo diretamente 7.500 educadores, bem como acadêmicos e integrantes de movimento sociais;
- 12 vídeos de 15 minutos cada, com experiências de todas as regiões do país, no bloco Professor Nota 10, do projeto A Cor da Cultura, realizado pelo Canal Futura;
- 2 séries do programa Salto para o Futuro, da TVE do Rio de Janeiro;
- 40 mil DVDs, referentes a educação, com os seguintes temas: Experiências de Aprendizagem; Gestão e Famílias; Organização dos Espaços e Materiais; O Professor em Ação.

Princípios educomunicativos nas práticas premiadas

Partindo do pressuposto de que a educomunicação é um paradigma, com raízes e valores ligados aos movimentos sociais latino-americanos, que – desde a década de 1970 – tem suas bases refletidas em práticas promotoras de valorização do protagonismo infanto-juvenil, bem como de problematização acerca do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) em prol da transformação social, este estudo de caso irá se valer dos seguintes princípios educomunicativos como enfoque analítico:

Educomunicação é o conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, tais como escolas, centros culturais, emissoras de TV e de rádio educativas, centros produtores de materiais educativos analógicos e digitais, centros de coordenação de educação à distância e outros (Soares, 2002, p. 20).

Em um ambiente que valoriza a gestão comunicativa, a palavra é democrática, não pertence a um grupo específico, e sim a todos. Portanto, é fundamental que seja compartilhada, e que exista interação entre todos os envolvidos. Para exemplificar esses ecossistemas, pode-se citar desde a família, a escola e até mesmo emissoras de TV ou de rádio. As relações podem ser estabelecidas ao mesmo tempo, ou seja, as trocas podem ocorrer entre diversos ecossistemas comunicativos.

Uma atmosfera em que a gestão educomunicativa influencia a criação de um ambiente escolar que valoriza a igualdade de oportunidades e que tenha o respeito pelo outro como pilar fundamental para a vida em sociedade. Nesse sentido, Soares (2018) destaca a prática educomunicativa e sua relação direta com a educação para os direitos humanos:

Tais constatações nos permitem antever que a inclusão do conceito e da prática da educomunicação⁵ pode transformar a educação para os direitos humanos, num percurso relevante que contará com a anuência e o

entusiasmo dos próprios jovens, transformando-os em aliados deste esforço coletivo (Soares, 2018, p. 92).

Podemos afirmar que as possibilidades trazidas, para o campo da educação formal, no que diz respeito aos valores e aos princípios educomunicativos, estão diretamente relacionadas a uma chamada “aprendizagem educomunicativa” (Soares, 2018) que se fundamenta em processos coletivos, dialógicos e relacionados ao cotidiano de quem ensina e de quem aprende. Tais aprendizados estão intimamente ligados à visão de mundo e à cultura, bem como aos processos históricos – herdados e em constante construção – por quem compõe essa relação educador(a)-educando(a), daí a relevância da leitura crítica de conteúdos midiáticos e de mensagens do dia-a-dia em sociedade, que precisam ser interpretadas e problematizadas em um ambiente escolar que busca a equidade étnico-racial e de gênero.

No caso, o que está em jogo, independentemente da idade dos sujeitos, é um elevado coeficiente de consciência cidadã, traduzido no empenho subjetivo de cada um em transformar os interesses coletivos em prioridade frente aos interesses privados, ponto de partida para qualquer mobilização social em torno dos direitos humanos (Soares, 2018, p. 92).

Intitulada “Projeto de fortalecimento da identidade cultural local”, a iniciativa do Colégio Estadual Casa Jovem, localizado no município de Igrapiúna, no estado da Bahia, foi uma das premiadas na sexta edição do Prêmio Educar.

A tônica do projeto foi coletividade, conforme explica o educador Francisco Cruz do Nascimento, em um vídeo disponibilizado no canal do CEERT, na plataforma YouTube⁶:

Esse projeto foi idealizado a partir das pesquisas que realizamos e em que identificamos que a comunidade era muito explorada pelos donos das terras e também tinha uma baixa autoestima. As crianças e jovens que frequentavam a nossa escola tinham muita dificuldade de

⁵ Para saber mais sobre o termo, ver Ismar de Oliveira Soares, Educomunicação, o conceito, a prática, o profissional (Paulinas, 2011).

⁶ A íntegra do vídeo pode ser assistida por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=OHP91bpYISA>

comunicação, e, a partir daí, nós pensamos coletivamente em criar um projeto que pudesse melhorar a comunicação, desenvolver e elevar a autoestima e fortalecer a identidade cultural local.

Nesse caso, também foi estabelecida parceria com a comunidade quilombola da Laranjeira, tendo o seu líder – o senhor Martinho Conceição – sido eleito como griô da escola, com a responsabilidade de realizar rodas de conversa, palestras e saraus junto à comunidade escolar.

As experiências culturais diaspóricas, no entanto, revelam a capacidade de transgressão e transformação de comunidades formadas no reencontro de diferentes tradições afro, a partir da valorização das origens africanas, por mais ficcional que seja a África que se projeta (Nunes e Moura, 2016, p. 205).

Francisco Cruz do Nascimento também relata que houve mudanças no perfil da escola, como o melhor desempenho de estudantes, a elevação do IDEB da instituição de 2.9 para 3.2, além de uma percepção – por parte do corpo docente – de que os/as estudantes se tornaram mais fortalecidos/as e protagonistas de suas próprias histórias.

Essa percepção é essencial para identificarmos o potencial educ comunicativo desta prática. Afinal, a aprendizagem educ comunicativa também se dá a partir do reconhecimento da “dialogicidade como paradigma essencial, mobilizando o sujeito a examinar seu processo de engajamento social, num trabalho de reflexão permanente” (Soares, 2018, p. 96). Dessa forma, o indivíduo passa a ter consciência da importância de sua atuação para a transformação da realidade à sua volta, bem como passa a valorizar os percursos históricos e comunitários que colaboraram para que tivesse chegado até aquele ponto.

Também no Colégio Estadual Casa Jovem foi criado o primeiro Conselho Comunitário do Campo, em que se estabeleceu uma relação mais estreita com a comunidade do entorno da escola e que passou a contar com a ativa participação dos/as responsáveis pelos/as estudantes no acompanhamento do desempenho das crianças e dos adolescentes dentro e fora da unidade escolar, numa atuação conjunta com a comunidade.

O Brasil, enquanto nação afrodiaspórica, tem muito o que problematizar em torno de uma possível – mas não simples – descolonização

curricular, a fim de que possamos, de fato, minimizar a hipervalorização eurocêntrica dos conhecimentos e repertórios escolarizados. No entanto, para isso, é urgente a descolonização das mentes, dos pensamentos e das cosmovisões nacionais (Walsh, 2009).

Nesse sentido, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fioravante Caliman, que fica em Venda Nova do Imigrante, no estado do Espírito Santo, foi premiada pelo CEERT devido ao projeto “Histórias e memórias... A trajetória do povo negro em Venda Nova do Imigrante” realizado pela educadora Celina Januário Moreira..

O projeto nasceu, em 2009, a partir do desejo de Celina Januário de resgatar a história da comunidade de Venda Nova do Imigrante (ES), na qual nasceu e atua como educadora. Essa história começou com a emancipação da cidade em 1988 e, à época, as famílias negras não estavam incluídas no termo “imigrante”, que havia sido adicionado ao nome do município.

Para conhecer e resgatar essa história, os/as estudantes percorreram as residências das famílias negras da comunidade do entorno da escola e, ao chegar às casas, explicavam sobre o projeto e também sobre a importância do dia 20 de novembro. A partir daí, as visitas passaram a ser frequentes e alunos e alunas passaram a fazer anotações e elaboraram um questionário que foi respondido pela comunidade.

Além disso, foi realizada a primeira Semana Cultural Negra de Venda Nova do Imigrante, que foi o passo inicial para o desenvolvimento de todo um trabalho, que contou, por exemplo, com uma exposição com os dados de chegada e características das famílias negras da comunidade.

No ano seguinte, os/as estudantes escreveram as histórias das famílias negras da cidade, com base nas narrativas das próprias pessoas, bem como a partir do compartilhamento de documentos oficiais, de fotografias e de outros materiais que haviam sido disponibilizados aos alunos e às alunas do projeto. Os procedimentos adotados no projeto revelam sua relevância e afinidade com as práticas educ comunicativas no processo de ensino-aprendizagem em sua dimensão de construção de uma práxis social para a qual confluem uma perspectiva transdisciplinar conforme trecho a seguir:

A aprendizagem educ comunicativa como práxis social é por natureza transdisciplinar, permitindo a efetivação de uma educação para os direitos humanos sempre aberta a novas descobertas, num processo de aprofundamento contínuo (Soares, 2018, p. 96).

Dessa forma, compreender tal iniciativa como uma possibilidade de aprendizagem educ comunicativa por meio da práxis social transdisciplinar é bastante coerente, já que a educadora premiada relata o percurso dos/as próprios/as estudantes no aprofundamento de suas descobertas em relação às famílias negras do município onde vivem, em um processo autônomo, protagonista e libertário (Freire, 1996), no sentido de que tais jovens percorreram a comunidade e dialogaram com os(as) integrantes da mesma, a fim de também conhecerem mais de si mesmos(as). Segundo relato da própria educadora:

A comunidade passou a compreender melhor e identificar questões relacionadas ao racismo, ao preconceito que essas famílias viveram, houve uma melhoria da autoestima dos alunos que participaram do projeto e houve um movimento corajoso dos professores que passaram a falar sobre África, passaram a ler e a dialogar sobre esses temas em suas aulas⁷.

É importante ressaltar que a educadora Celina Januário Moreira corresponde a um determinado padrão no que diz respeito a quem atua em projetos premiados pelo CEERT. Há, ao longo da história do Prêmio Educar, uma significativa representatividade de professoras negras, que conduzem metodologias que educam para e nas relações étnico-raciais. Entendo que este é também um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Inclusive, tal configuração aponta para uma importante descolonização de processos históricos conduzidos no Brasil, que passaram a privilegiar a existência de educadoras brancas e de classe média, tendo acesso a melhores condições de qualificação e de remuneração. Para Dávila (2003), as políticas de formação de professores do início do século XX promoveram o embranquecimento dos professores. Essa constatação se deve à comparação de fotografias tiradas em 1911, que indicam forte presença de professores/as

negros/as, com outras tiradas em 1930-1940, em que se observa diminuição significativa do número de professores/as negros/as.

Apesar de não ser representado por apenas educadoras negras, o projeto “Azizi Aba Yomi – Um príncipe africano”, da Escola Municipal de Educação Infantil Guia Lopes (atual EMEI Nelson Mandela), situada em São Paulo/SP, também foi premiado na sexta edição do Prêmio Educar para Igualdade Racial e de Gênero.

A relevância desta iniciativa está, dentre outros fatores, relacionada à participação também ativa da comunidade – processo caro à educação, como pudermos perceber. De acordo com Cibele Racy⁸, diretora da EMEI: O envolvimento da comunidade é fundamental. Se você não envolver os pais no projeto, dificilmente ele dará certo. Então fomos promovendo eventos – como a “Caça ao Kiriku”, a “Festa Afrobrasileira”, para obter a aprovação literal de toda a comunidade. Foi aí que o muro da nossa escola recebeu uma pilação que dizia: ‘Vamos cuidar das nossas crianças brancas’. Isso não só mobilizou a escola, como a comunidade inteira e, para apagar essa marca da intolerância, organizamos uma pintura artística com o apoio de diversos parceiros.

Para tratar das relações étnico-raciais nessa escola, foram criadas figuras de afeto, que funcionam como catalisadoras de todos os conhecimentos e sensações infantis. Para isso, foi apresentada às crianças um boneco, chamado Azizi Aba Yomi, que tinha vindo do continente africano para o Brasil, com uma bagagem em que trazia diversas lembranças. Daí os(as) estudantes foram convidados(as) a criar a história de vida desse personagem, estabelecendo as mais diferentes características de sua identidade – inclusive para além do pertencimento étnico-racial. E são essas contribuições que motivam os projetos pedagógicos realizados na instituição.

Também foi organizada uma passeata em celebração ao Dia da Consciência Negra, no ano de 2012, e um dos cartazes levantados por uma das crianças tinha os seguintes dizeres: ‘Por uma infância sem racismo’ e esse se tornou o lema da escola, conforme relata a diretora da unidade, Cibele Racy, uma mulher branca que se compreende enquanto ativista antirracista, no campo da educação pública infantil paulistana.

7 Este trecho do depoimento da educadora Celina Januário Moreira pode ser visualizado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=CmZw4KmhbtK>

8 Depoimento retirado de vídeo compartilhado pelo CEERT, em seu canal do YouTube, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=jygsysOc-2k>

Considerações finais

O protagonismo de educadoras e educadores com projetos premiados pelo CEERT revela a importância de as relações étnico-racial e de gênero serem colocadas em diálogo desde a primeira infância, tendo tanto as crianças quanto seus responsáveis como interlocutoras essenciais para o estabelecimento de uma educação para a equidade. Por isso, reiteramos a importância dos pressupostos educacionais e sua articulação com práticas que se constituem como integrantes de uma práxis social na qual se (re)constróem sentidos ancorados nos ideais de equidade étnico-racial. Ao mesmo tempo destacamos que tal articulação se mostra cada vez mais necessária frente a um currículo marcado por uma visão - eurocêntrica e patriarcal - hegemônica. Assim, nós, atuantes na prática e na pesquisa do campo, defendemos uma postura educacional em que a construção do conhecimento seja coletiva, colaborativa e horizontalizada.

No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana, concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem - uma linguagem conceitual que estabeleça fronteiras e contenha, ao mesmo tempo, a possibilidade da negação, da resistência, da reinterpretação e permita o jogo da invenção metafórica e da imaginação (Scott, 1995, p. 86).

Assim como ilustra a pesquisadora feminista norte-americana, acima, é necessário que as práticas pedagógicas possibilitem momentos de trocas, de construções e reconstruções dos saberes, de interpretação e reinterpretação das realidades que compõem as comunidades escolares, para que, de fato, estabeleça-se ambientes que se valham da lógica educacional em prol da valorização das diferenças e não de um discurso histórico - e anacrônico - de igualdade entre as pessoas.

É um equívoco falar em "diferença ou diversidade no ambiente escolar" como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva

dessa suposta igualdade. Portanto, não se trata de "saber conviver", mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. (...) não se trata de identificar "o estranho" como "o diferente", mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural (Bento, 2011, p. 556).

Por esse motivo, não defendemos o discurso da diversidade ou da igualdade, neste texto ou em qualquer outra produção acadêmica - mesmo tendo este último termo sido apresentado no título do Prêmio Educar. Essa escolha se deve à uma necessária crítica em relação ao apaziguamento e à negação da diferença que palavras como essas trazem, historicamente, no imaginário brasileiro.

Enquanto nação, o povo brasileiro ainda reproduz o chamado "mito da democracia racial" (Freyre, 1951) e é urgente a desconstrução desta lógica que somente favorece aquelas pessoas que sempre tiveram acesso a privilégios raciais, ou seja, a população branca. Nesse sentido, as práticas aqui apresentadas são inspiradoras tanto na desconstrução dessa branquitude como na valorização dos saberes afrocentrados em diferentes comunidades escolares do país e, como busquei apresentar, a educação pode contribuir com essas conquistas, mesmo que não tendo sido apresentada de forma explícita nos discursos e narrativas de suas educadoras e educadores.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. L. (2019). Racismo estrutural. Pólen.

Bento, B. (2011). Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Estudos Feministas, 19(2), mai/ago, 548-559. <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf>

Bento, M. A. S. (org.). (2014). A Educação básica e o estudo do Prêmio Educar para a igualdade racial: perspectivas e desafios da cidade de São Paulo. <http://www.ceert.org.br/publicacoes/educacao/25/a-educacao-basica-e-o-estudo-do-premio-educar-para-a-igualdade-racial-perspectivas-e-desafios-da-cidade-de-sao-paulo>.

Bento, M. A. S. (org.). (2014). Práticas em educação infantil na cidade de São Paulo: prêmio educar para a igualdade racial. <http://www.ceert.org.br/publicacoes/educacao/26/praticas-em-educacao-infantil-na-cidade-de-sao-paulo-premio-educar-para-a-igualdade-racial>.

Dávila, J. (2003). Diploma de brancura. Editora UNESP.

Freire, P. (1996). Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.

Freyre, G. (1951). Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano (3º vol). Livraria José Olympio Editora.

Hooks, B. (1995). Intelectuais negras. In Estudos Feministas, Ano 3, n. 2, 464-478. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>

Nunes, J. C. e Moura, D. O. (2016). Vivências diaspóricas em comunidades quilombolas: empoderamento, autorreflexão e novas sociabilidades na comunidade Rio dos Macacos. In Revista MATRIZES, V. 10; n. 3; set/dez, 203-216. <http://dx.doi.org/10.11.606/issn.1982-8160.v10.i3p.203-216>.

Soares, I. O. (2018). Educomunicação e Educação para os Direitos Humanos. In Prandini, Paola. A cor na voz: Identidade Étnico-Racial, Educomunicação e Histórias de Vida. Letramento.

_____. (2011). Educomunicação: o conceito, a prática, o profissional. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. Paulinas.

_____. (2002). Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. In Baccega, M. A. (org.). Comunicação & Educação. ECA/USP/Salesiana, n° 23, jan/abr, 16-25. <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012/39734>.

Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In Educação e Realidade, V. 20, n. 2, jul/dez, 71-99.

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

Walsh, C. (2009). Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: insurgir, re-existir, re-viver. In Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.